Pedro **Abi-Eçab**
Rafael Schwez **Kurkowski**

COORDENAÇÃO
Renee do Ó **Souza**

COLEÇÃO
MÉTODO
ESSENCIAL

# Direito Ambiental

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E REFORMULADA

gen
EDITORA MÉTODO

- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *10.02.2022*

- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
  Copyright © 2022 *by*
  **Editora Forense Ltda.**
  *Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*
  Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
  Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
  www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.

- Capa: Bruno Sales Zorzetto

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
  **SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

A13d
2. ed.

Abi-Eçab, Pedro

Direito ambiental / Pedro Abi-Eçab, Rafael Schwez Kurkowski; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
384 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-433-9

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Kurkowski, Rafael Scwez. II. Souza, Renee do Ó. III. Título. IV. Série

22-75961 CDU: 349.6(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

abdr ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
Respeite o direito autoral

# Sumário

**Capítulo 1**

Introdução ao Direito Ambiental ..... 1

1.1 Direito Ambiental no Brasil ..... 1
1.2 Antropocentrismo e biocentrismo ..... 3
1.3 A dignidade dos animais não humanos e o direito animal.. 5
1.4 Conceito de meio ambiente ..... 6
1.5 Os quatro tipos de meio ambiente ..... 7
1.6 Natureza jurídica do bem ambiental ..... 8
1.7 Estado de Direito Ambiental ou Estado Ecológico de Direito .. 9

**Capítulo 2**

Princípios do Direito Ambiental ..... 11

2.1 Função dos princípios jurídicos ..... 11
2.2 Princípios do Direito Ambiental ..... 12
2.3 Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado .. 13
2.4 Princípio da precaução e princípio da prevenção..... 13
2.5 Princípio do poluidor-pagador ..... 14
2.6 Princípio do usuário-pagador..... 15
2.7 Princípio da transversalidade ..... 16
2.8 Princípio da ubiquidade..... 16
2.9 Princípio da função ambiental ..... 17
2.10 Princípio da cooperação ..... 18
2.11 Princípio da solidariedade intergeracional ..... 19
2.12 Princípio do desenvolvimento sustentável ..... 20
2.13 Princípio da intervenção estatal ou defesa compulsória .. 21
2.14 Princípio da participação ..... 21

2.15 Princípio da informação ..... 22
2.16 Princípio da correção na fonte..... 23
2.17 Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais..... 24
2.18 Princípio da vedação do retrocesso..... 24
2.19 Princípio da responsabilidade comum, porém, diferenciada .. 26
2.20 Princípio do provedor-recebedor ou protetor-recebedor .. 26
2.21 Princípio da moralidade e o meio ambiente (moralidade ambiental)..... 28
2.22 Princípio da ecoeficiência ..... 28
2.23 Princípio do limite ou controle ..... 29

**Capítulo 3**

Competências ambientais na Constituição Federal ..... 31

3.1 Introdução ..... 31
3.2 Competência legislativa ..... 32
3.2.1 Competência legislativa privativa ..... 32
3.2.2 Competência legislativa exclusiva ..... 33
3.2.3 Competência legislativa concorrente..... 33
3.2.4 Competência legislativa concorrente supletiva ..... 35
3.2.5 Competências municipais ..... 36
3.3 Competência material, administrativa ou de implementação .. 37
3.3.1 Competência material comum..... 37
3.3.2 Competência material exclusiva..... 38

**Capítulo 4**

Política Nacional do Meio Ambiente..... 39

4.1 Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA): considerações gerais..... 39
4.2 Educação ambiental ..... 41
4.3 Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) ..... 42
4.3.1 Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) ..... 43

4.3.2 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ..... 45
4.3.3 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ..... 45
4.4 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente..... 46
4.4.1 Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.. 46
4.4.2 Zoneamento ambiental ..... 47
4.4.3 Avaliação de impactos ambientais (AIA)..... 50
4.4.4 Licenciamento ambiental ..... 53
4.4.4.1 Considerações gerais ..... 53
4.4.4.2 Licença ambiental ..... 55
4.4.4.3 Competência para o licenciamento ambiental ..... 59
4.4.4.4 Dispensa do licenciamento ambiental..... 65
4.4.5 Incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental ..... 66
4.4.6 Criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas ..... 67
4.4.7 Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima) ..... 67
4.4.8 Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental ..... 69
4.4.9 Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental..... 70
4.4.10 Garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente..... 70
4.4.11 Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais .. 70
4.4.12 Instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros..... 71
4.4.12.1 Concessão florestal ..... 71
4.4.12.2 Servidão ambiental ..... 72
4.4.12.3 Seguro ambiental ..... 74

## Capítulo 5

Código Florestal e proteção da vegetação ..... 75
5.1 Introdução ..... 75
5.2 As áreas de preservação permanente ..... 85
5.2.1 APP *ex lege* ..... 85
5.2.2 APP constituída ou administrativa ..... 88
5.2.3 Regime de proteção da APP ..... 89
5.2.4 Áreas consolidadas em APP ..... 90
5.2.5 Indenização de APP em desapropriação direta ..... 94
5.2.6 APP em área urbana consolidada ..... 94
5.3 Reserva legal ..... 95
5.3.1 Características gerais da reserva legal ..... 95
5.3.2 Regime de proteção da reserva legal ..... 100
5.3.3 Áreas consolidadas em reserva legal ..... 102
5.3.4 Indenização de reserva legal em desapropriação ..... 105
5.4 Principais diferenças entre a área de preservação permanente e a reserva legal ..... 105
5.5 Cadastro Ambiental Rural ..... 106
5.6 Cota de Reserva Ambiental ..... 107
5.7 Mata Atlântica ..... 108
5.7.1 Vegetação primária e vegetação secundária ..... 111
5.7.2 Exploração da Mata Atlântica ..... 111
5.8 Gestão de florestas públicas ..... 117
5.8.1 Concessão florestal ..... 119
5.8.2 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal ..... 122
5.8.3 Serviço Florestal Brasileiro (SFB) ..... 122

## Capítulo 6

Sistema Nacional de Unidades de Conservação ..... 123
6.1 Considerações gerais ..... 123
6.2 Órgãos gestores ..... 124
6.3 Grupos e categorias de unidades de conservação ..... 125

6.4 Criação, alteração e extinção de unidades de conservação .. 135
6.5 Limitações administrativas provisórias ..... 137
6.6 Zona de amortecimento ..... 138
6.7 Mosaico de unidades de conservação ..... 139
6.8 Compensação ambiental em favor de unidades de conservação ..... 140
6.9 Desapropriação de áreas em unidades de conservação ... 142
6.10 Reassentamento das populações tradicionais ..... 142

**Capítulo 7**

Recursos hídricos ..... 145

7.1 Dominialidade ..... 145
7.2 Competências ..... 146
7.3 Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) ..... 147
7.4 Outorga ..... 149
7.5 Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos ..... 152
7.6 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .. 153
7.7 Comitês de Bacia Hidrográfica ..... 153
7.8 Agências de água ..... 153

**Capítulo 8**

Patrimônio cultural ..... 155

8.1 Introdução ..... 155
8.2 Princípios específicos da proteção do patrimônio cultural ... 157
8.2.1 Princípio da proteção ..... 157
8.2.2 Princípio da intervenção estatal obrigatória ..... 157
8.2.3 Princípio da cooperação ..... 157
8.2.4 Princípio da função sociocultural da propriedade ..... 158
8.2.5 Princípio da fruição coletiva ..... 158
8.2.6 Princípio da prevenção de danos ..... 158
8.2.7 Princípio da responsabilização ..... 159
8.2.8 Princípio do equilíbrio ..... 159

8.2.9 Princípio da participação popular ..... 159
8.2.10 Princípio da funcionalidade compatível..... 159
8.2.11 Princípio pró-monumento ..... 160
8.2.12 Princípio da preservação do sítio e proteção do entorno.. 160
8.2.13 Princípio da valorização sustentável ..... 161
8.2.14 Princípio da cidadania cultural..... 162
8.3 Plano Nacional de Cultura ..... 162
8.4 Sistema Nacional de Cultura ..... 162
8.5 Tipos de bens culturais..... 163
8.5.1 Bens culturais materiais e imateriais ..... 163
8.5.2 Patrimônio arqueológico ou pré-histórico ..... 164
8.5.3 Patrimônio paleontológico ..... 165
8.5.4 Patrimônio espeleológico ..... 166
8.6 Formas específicas de tutela do patrimônio cultural..... 167
8.6.1 Inventário ..... 169
8.6.2 Registro..... 170
8.6.3 Vigilância ..... 172
8.6.4 Tombamento..... 173
8.6.4.1 Definição..... 173
8.6.4.2 Competência..... 174
8.6.4.3 Natureza jurídica e indenizabilidade do tombamento.. 174
8.6.4.4 Espécies de tombamento..... 175
8.6.4.5 Limitações decorrentes do tombamento..... 178
8.6.4.6 Formas de instituição do tombamento ..... 179
8.6.5 Desapropriação..... 180
8.6.6 Quadro comparativo..... 182
8.6.7 Terras de remanescentes de quilombos ..... 182

## Capítulo 9

Responsabilidade ambiental..... 185
9.1 Introdução..... 185
9.2 Responsabilidade ambiental civil ..... 187

9.2.1 Aspectos materiais da responsabilidade ambiental civil .. 189
9.2.2 Aspectos processuais da responsabilidade ambiental civil ... 195
9.3 Responsabilidade ambiental administrativa ... 198
9.3.1 Classificação da responsabilidade ambiental administrativa ... 198
9.3.2 Competência para infrações ambientais administrativas .. 200
9.3.3 Infrações ... 201
9.3.4 Sanções ... 202
9.3.5 Prescrição ... 205
9.3.6 Processo ambiental administrativo federal ... 207
9.4 Responsabilidade ambiental penal ... 209
9.4.1 Tipo penal ambiental ... 209
9.4.2 (In)Aplicabilidade do princípio da insignificância ao Direito Ambiental Penal ... 213
9.4.3 Sujeitos dos crimes ambientais ... 216
9.4.3.1 Sujeito passivo ... 216
9.4.3.2 Sujeito ativo ... 217
9.4.4 Penas ... 225
9.4.4.1 Penas para as pessoas físicas ... 225
9.4.4.2 Penas para as pessoas jurídicas ... 228
9.4.4.3 Dosimetria da pena ... 230
9.4.4.4 Suspensão condicional da pena ... 234
9.4.4.5 Valor mínimo de indenização fixado pela sentença penal condenatória ... 235
9.4.4.6 Prescrição da pretensão punitiva ... 236
9.4.5 Ação penal ... 238
9.4.6 Acordos penais ... 240
9.4.6.1 Transação ... 240
9.4.6.2 Suspensão condicional do processo ... 241
9.4.6.3 Acordo de não persecução penal ... 243
9.4.7 Competência material para o julgamento dos crimes ambientais ... 243
9.4.8 Apreensão do produto e do instrumento do crime ambiental ou da infração ambiental administrativa .... 248

9.4.9 Crimes ambientais em espécie ..... 251
9.4.9.1 Art. 29 da Lei nº 9.605/1998..... 251
9.4.9.2 Art. 30 da Lei nº 9.605/1998 ..... 255
9.4.9.3 Art. 32 da Lei nº 9.605/1998..... 256
9.4.9.4 Art. 34 da Lei nº 9.605/1998..... 259
9.4.9.5 Art. 37 da Lei nº 9.605/1998..... 261
9.4.9.6 Art. 38 da Lei nº 9.605/1998..... 262
9.4.9.7 Art. 41 da Lei nº 9.605/1998..... 264
9.4.9.8 Art. 42 da Lei nº 9.605/1998..... 265
9.4.9.9 Art. 48 da Lei nº 9.605/1998..... 266
9.4.9.10 Art. 50 da Lei nº 9.605/1998..... 268
9.4.9.11 Art. 50-A da Lei nº 9.605/1998 ..... 269
9.4.9.12 Art. 52 da Lei nº 9.605/1998..... 271
9.4.9.13 Art. 54 da Lei nº 9.605/1998..... 272
9.4.9.14 Art. 56 da Lei nº 9.605/1998..... 278
9.4.9.15 Art. 60 da Lei nº 9.605/1998..... 280
9.4.9.16 Art. 62 da Lei nº 9.605/1998..... 281
9.4.9.17 Art. 65 da Lei nº 9.605/1998..... 282
9.4.9.18 Art. 66 da Lei nº 9.605/1998..... 283
9.4.9.19 Art. 69 da Lei nº 9.605/1998..... 285

## Capítulo 10

Biossegurança..... 287
10.1 Introdução ..... 287
10.2 Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS ..... 292
10.3 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio... 292
10.3.1 Atribuições ..... 292
10.3.2 Composição e funcionamento..... 293
10.3.3 Atribuições ..... 294
10.4 Órgãos e entidades de registro e fiscalização ..... 295

10.5 Comissão Interna de Biossegurança – CIBio ..... 295
10.6 Sistema de Informações em Biossegurança (SIB) ..... 296
10.7 Responsabilidade civil ..... 296
10.8 Responsabilidade administrativa ..... 296
10.9 Responsabilidade penal ..... 297

**Capítulo 11**

Biodiversidade, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado ..... 301

11.1 Introdução ..... 301
11.2 Conceitos legais ..... 302
11.3 Proteção e acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado ..... 303
11.4 Conhecimento tradicional associado ..... 304
11.5 Consentimento prévio informado ..... 305
11.6 Direitos das populações indígenas e dos povos tradicionais ..... 306
11.7 Acesso, remessa e exploração econômica ..... 307
11.8 Repartição de benefícios ..... 310
11.9 Sanções administrativas ..... 313
11.10 Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios e do Programa Nacional de Repartição de Benefícios ..... 314
11.11 Regularização de acessos anteriores à Lei nº 13.123/2015 .. 314

**Capítulo 12**

Política Nacional de Resíduos Sólidos ..... 317

12.1 Conceito de resíduo ..... 317
12.2 Objeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos ..... 318
12.3 Objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos ..... 318
12.4 Definições ..... 319
12.5 Princípios ..... 320
12.6 Planos de resíduos ..... 321

12.7 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos ..... 323
12.8 Responsabilidades dos geradores de resíduos e do Poder Público ..... 323
12.9 Responsabilidade compartilhada ..... 324
12.10 Logística reversa ..... 324
12.11 Resíduos perigosos ..... 326
12.12 Instrumentos econômicos ..... 327
12.13 Proibições ..... 327

**Capítulo 13**

Agrotóxicos ..... 329

13.1 Introdução ..... 329
13.2 Conceito de agrotóxico ..... 330
13.3 Registro de agrotóxicos e de empresas do setor ..... 330
13.4 Proibição de agrotóxicos ..... 331
13.5 Cancelamento e impugnação do registro de agrotóxicos ... 332
13.6 Requisitos das embalagens ..... 332
13.7 Propaganda ..... 334
13.8 Competências ..... 334
13.9 Responsabilidade civil subjetiva ..... 335
13.10 Responsabilidade penal ..... 335
13.11 Responsabilidade administrativa ..... 336

**Capítulo 14**

Terras indígenas ..... 339

14.1 Considerações gerais ..... 339
14.2 Conceito jurídico de índio ..... 339
14.3 Regime jurídico ambiental das terras indígenas ..... 340

**Capítulo 15**

*Compliance* ambiental ..... 345

**Capítulo 16**

Litigância climática ..... 349

**Capítulo 17**

Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente ..... 351

**Capítulo 18**

Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ..... 357

Referências ..... 361